ÀS ARMAS!

HERÁLDICA DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

MIGUEL METELO DE SEIXAS
JOSÉ S. ESTEVÉNS COLAÇO

SUMÁRIO

Prefácio do Chefe do Estado-Maior do Exército
GENERAL EDUARDO MENDES FERRÃO 7

Heráldica, guerra e sociedade em Portugal,
da Idade Média à época contemporânea 9
MIGUEL METELO DE SEIXAS

Armorial do Exército 147
JOSÉ S. ESTEVÉNS COLAÇO

Cronologia histórica. 317
JOSÉ S. ESTEVÉNS COLAÇO

Ciência heráldica. 337
JOSÉ S. ESTEVÉNS COLAÇO

Glossário heráldico. 357
JOSÉ S. ESTEVÉNS COLAÇO

Notas, fontes e bibliografia 375

Índices 421

Sobre os autores 428

PREFÁCIO

Antes de ler deste livro, convido-o a imaginar o som de um estandarte a rasgar o vento. É mais do que tecido pintado: é a voz de uma unidade, o sinal que guia na marcha e no combate, a promessa silenciosa de que ninguém ficará para trás.

A heráldica nasce desse impulso — o de dizer, sem palavras, quem somos e ao que vimos.

Cada brasão que aqui encontrará carrega histórias que vão muito além da sua beleza. São memórias codificadas: de cavaleiros que se distinguiram nas campanhas da Reconquista; de companhias que defenderam praças fortes nos confins do Império; de batalhões que, em tempos mais recentes, ergueram as quinas em missões de paz nos lugares mais improváveis do mundo. É essa linha ininterrupta, feita de coragem e serviço, que esta obra revela com detalhe e rigor.

Desde o escudo de D. Afonso Henriques, com os seus escudetes e besantes, até à cruz de Santiago ou ao dragão, que hoje ainda figura nos ombros dos soldados portugueses, a heráldica sempre foi ponte entre passado e futuro. Não serve apenas para identificar: serve para lembrar. E lembrar, para o militar, é tão vital como respirar — porque é na memória que assentam a coesão e a confiança.

As páginas que se seguem não são apenas para admirar, são para compreender como cada cor, cada figura e cada lema traduzem valores e feitos. Esta obra é um manual para quem a estuda, mas também um álbum de família para quem veste a farda ou carrega no coração o peso e o orgulho de servir Portugal. Aqui, a história está desenhada, mas também vivida: em bandeiras, que resistiram a séculos; em insígnias, levadas a campanhas longínquas; em símbolos, que se mantêm porque representam todos nós.

Felicito o doutor Miguel Metelo de Seixas e José S. Estevéns Colaço, autores desta obra, pelo valioso tributo à nossa História, ao Exército e à nossa identidade como Nação.

Que este livro inspire não só o respeito pela heráldica militar, mas também o compromisso com a missão e a história que ela simboliza. Pois cada emblema é mais do que um ornamento: é um compromisso. E esse compromisso, ontem como hoje, é simples e imutável — servir Portugal, com a herança de quem nos antecedeu e a responsabilidade de quem nos seguirá.

General Eduardo Mendes Ferrão
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO



HERÁLDICA, GUERRA E SOCIEDADE EM PORTUGAL DA IDADE MÉDIA À ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

MIGUEL METELO DE SEIXAS

HERÁLDICA: UM SABER EM RENOVAÇÃO

O convívio entre o saber heráldico e a esfera científica e universitária não tem sido, de uma forma geral, nem fácil nem linear. Os motivos provêm sem dúvida de diversos factores, mas o cerne da questão foi resumido por Faustino Menéndez Pidal de Navascués: «*así en general enunciada* [*la heráldica*] *no há tenido a veces buena fama, en parte com razón, porque mucho de lo escrito bajo este nombre no merece consideración científica, y en parte sin ella, porque no debió trasladarse al asunto la desestima imputada a los textos. Pero fue tanta la insistencia en aspectos de interés nulo o escaso y tantas las interpretaciones desatinadas, que algunos llegaron a juzgar imposible lograr mejores frutos en esa materia*»[1*].

Questão, pois, de preconceito dos historiadores em relação à matéria heráldica ou aos heraldistas; e, como reacção e compensação, esplêndido isolamento destes em relação ao mundo académico. Com honrosas excepções de parte a parte. Ao indagar as razões de ser deste preconceito mútuo, verifica-se que elas nasceram em forte medida da imagem do saber heráldico tal como foi construída até há pouco tempo (para não dizer até hoje) pelos heraldistas. Essa imagem é a de um saber de natureza abstracta e normativa, baseado num léxico e numa gramática próprios, dirigido para intuitos classificativos, identificativos e de ordem simbológica. Tal entendimento radica na visão que os tratadistas foram erguendo desde o final da Idade Média e ao longo do Antigo Regime[2]; visão que, no século XIX, acabou por transitar, à sua maneira, para a classificação e o uso da heráldica enquanto *ciência auxiliar* da história, amiúde em estreita relação com outras congéneres como a sigilografia, a paleografia, a diplomática, a epigrafia, a codicologia e, claro, a genealogia.

É certo que, a partir de meados do século XX, se operou uma profunda renovação epistemológica, condensada na obra de Michel Pastoureau e por ela difundida, em resultado da qual a heráldica passou a ser encarada como um ramo do saber historiográfico[3]. Note-se porém que este autor não apareceu de forma desenquadrada: ele próprio refere alguns dos seus precursores imediatos ou émulos, como Rémi Mathieu, Donald Lindsay Galbreath, Léon Jéquier, Hervé Pinoteau, Michel Popoff, entre outros. Mas foi de facto Pastoureau quem logrou sistematizar as correntes de renovação dos estudos heráldicos e projectar estes, no mundo académico, para uma dimensão que eles até então desconheciam. E dotá-los de alcance, continuidade e ramificações igualmente inéditos.

Logo na introdução, Pastoureau definia a heráldica como um ramo da historiografia e fixava metas para a alteração dos seus estudiosos, declarando que até então

* As notas referentes a este texto podem ser consultadas na secção «Notas, fontes e bibliografia».

«*Bon nombre d'entre eux ne sont venus à l'héraldique que par le biais des recherches généalogiques ou des vanités nobiliaires. D'autres, moins nombreux mais plus spécieux, n'ont recherché dans les armoiries que de mystérieux symboles et les traces prétendues d'un "langage sacré". Entre les marchands d'ancêtres et les amateurs d'hermétisme, rares ont été les héraldistes qui ont essayé de faire oeuvre d'historien. Il est aujourd'hui grand temps qu'entre l'héraldique généalogique et nobiliaire et l'héraldique ésotérique et symbolique, l'héraldique véritablement scientifique prenne enfin la place qui lui convient*»[4].

Tal lugar tinha de assentar numa renovação epistemológica e metodológica, baseada na formulação de problemáticas como, entre outras, a crítica das fontes, a origem das armas, a sua difusão social, as tendências e modas na escolha das cores e das figuras, a relação que elas mantinham com os fenómenos da psicologia individual e colectiva, da sensibilidade, do gosto, da moral, da cultura. Afigurava-se sobretudo necessário entender as armas como um código social revelador da identidade e da personalidade dos seus utentes; e, se a primeira destas vertentes correspondia aos estudos tradicionais, já a segunda abria perspectivas novas e ligava-se não apenas aos demais aspectos do conhecimento histórico, mas a uma série de outros ramos do saber[5]. Este alargamento do âmbito da heráldica no sentido de estabelecer uma comparação entre as armas e outros fenómenos emblemáticos, e traçar pontos de contacto com outras ciências humanas e sociais já estava patente, por exemplo, na exposição «Emblèmes, Totems, Blasons», organizada em 1963 no Musée Guimet, em Paris[6].

Traçavam-se, assim, pistas para um entendimento comum ou pelo menos uma base comparativa de diversos códigos emblemáticos, mediante recurso a diversificadas áreas científicas. A heráldica entrava assim em contacto não apenas com outros ramos da historiografia, mas também com diferentes ciências humanas e sociais, com as quais poderia vir a construir relações de intercâmbio e mútuo proveito[7]. Esta diversificação revelou-se essencial para ultrapassar o quadro limitado e limitativo da heráldica entendida como mero instrumento de identificação dos detentores das armas, e para se alçar a um nível interpretativo e analítico. A tónica principal radicava na ideia de que as armas são, antes de mais, signos; e, como tal, pressupõem a existência de uma consciência que lhes confere algum tipo de valor. Nessa relação entre signo e significado residia o objecto preferencial da «nouvelle héraldique», consequentemente ligada de forma íntima à história das mentalidades e à história social, pois as armas devem ser entendidas como «signes ayant pour fonction de situer les hommes dans des groupes et ces groupes dans l'ensemble de la société»[8]. A renovação epistemológica condensada no *Traité d'Héraldique* foi devidamente assinalada por Jean-Claude Schmitt, que lhe dedicou uma recensão crítica na revista *Annales. Histoire, Sciences Sociales*[9]. Além de assinalar a importância de que o tratado se revestia para o redimensionamento da heráldica, o autor prognosticava que a obra de Pastoureau «*contribuera à donner à l'héraldique la place qui lui revient dans l'historiographie actuelle*».

Na segunda edição do seu tratado, em 1993, Pastoureau acrescentou um capítulo final intitulado «Quinze ans de recherches héraldiques», em que fazia o ponto de situação do que, no seu entender, havia mudado desde 1979. Salientava o autor a significativa penetração da heráldica nos meios universitários e, de forma mais abrangente,

nos trabalhos científicos, a tal ponto que se tornara possível a seguinte afirmação: «*l'héraldique n'est plus comme naguère une discipline réprouvée ou méprisée, mais une science reconnue*». Referia também as relações efectivas e profícuas estabelecidas com outros ramos do saber, em particular a semiologia, a história da cultura, das mentalidades, das ideologias, da simbólica, que lhe permitiam concluir: «*l'héraldique a su multiplier ses enquêtes, enrichir sa documentation, transformer ses méthodes et renouveler presque entièrement ses problématiques*»[10]. Em resultado e demonstração de tal renovamento, a bibliografia de obras produzidas nesta área disparara para níveis inéditos. Como resultado, e em demonstração dessa renovação, a bibliografia de trabalhos produzidos neste domínio aumentou exponencialmente, atingindo níveis sem precedentes. A própria ideia de uma renovação epistemológica da heráldica conduziu à criação de um blogue colaborativo, apropriadamente intitulado *Heraldica Nova*[11], bem como ao lançamento de uma colecção de livros sob o título *Heraldic Studies*, editada por Torsten Hiltmann e Laurent Hablot. Este último publicou, em 2019, um manual sobre heráldica e insígnias medievais, no qual sintetizou as principais questões decorrentes desta renovação epistemológica, apresentando igualmente uma série de estudos de caso concretos de investigação[12].

Não obstante, permanecia um certo desequilíbrio das pesquisas, tanto do ponto de vista das épocas e das regiões, como das temáticas abrangidas: questões como a origem das armas, a filologia do brasão, a heráldica imaginária, as relações com outras formas de emblemática haviam suscitado estudos numerosos e profundos; mas temas como as armas eclesiásticas, as de entidades, as de não-nobres, a actividade dos oficiais de armas, a caracterização da cultura heráldica, entre tantos outros assuntos, ficavam a aguardar que os investigadores lhes prestassem atenção.

Contudo, mesmo depois de ultrapassadas assim as limitações da heráldica considerada enquanto saber normativo, manteve-se uma acentuada propensão para estudar as armas como se elas tivessem apenas ou sobretudo uma natureza abstracta, condensada no respectivo brasão: ao heraldista cabia pois, na melhor das hipóteses, entender a génese e o significado dos emblemas na sua constituição e variações e integrá-los no seu enquadramento histórico. Nesse contexto, as manifestações plásticas dos emblemas serviam principalmente para exemplificar, caracterizar e datar as armas consideradas nesta sua existência abstracta.

Ora, como indicou Faustino Menéndez Pidal, tal entendimento do emblema heráldico enquanto entidade de natureza abstracta corresponde ele próprio a uma criação histórica, devendo ser compreendido como uma construção cultural destinada a determinados fins de afirmação social e política, inserida nos quadros mentais das sociedades que a geraram, acolheram ou perpetuaram[13]. Mas, antes de corresponderem a qualquer tipo de abstracção, as armas preenchem sempre (e desde sempre) uma função primordial como emblemas visuais de identificação e, por conseguinte, funcionam como fenómeno comunicacional. As armas têm, assim, os seus emissores, os seus receptores, as suas formas, os seus materiais, as suas localizações, os seus significados tendencialmente variáveis, sobreponíveis, intercambiáveis. Essa é a sua essência. E como tal devem ser estudadas.

Daí a renovação epistemológica da heráldica passar, necessariamente, pelo questionamento heurístico. As manifestações plásticas das armas não constituem

somente instrumentos para comprovar, datar ou matizar o ordenamento abstracto dos brasões: elas formam, em si próprias, o objecto de estudo da heráldica. E daí deriva outrossim a indispensabilidade da renovação epistemológica do saber heráldico, para além do seu enquadramento no campo da historiografia e dos respectivos métodos críticos, como saber transversal em ligação com áreas muito diversificadas, algumas tradicionais (história política, social, cultural, história da arte, das mentalidades, estudos literários), outras mais recentes (antropologia, sociologia, ciência política, semiótica, linguística, *design*) e outras, por fim, ainda em fase de descoberta e procura de lugar próprio, como os estudos visuais.

A profunda renovação dos estudos heráldicos ocorrida no terceiro quartel do século xx não teve, contudo, aplicação universal nem logrou debelar de imediato e por inteiro a recorrente associação subordinativa destes à genealogia e à nobiliarquia. Tal condicionamento acabou por ter dois efeitos perversos. O primeiro foi a continuação do predomínio da armaria de família sobre todos os restantes tipos de heráldica. É certo que a partir da segunda metade do século xix se haviam começado a examinar outros géneros de armas, principalmente as municipais, as estatais e as eclesiásticas. Mas só em tempos recentes se alargou o espectro de análise do fenómeno heráldico, que passou a abranger campos até agora considerados como simples curiosidades desmerecedoras de atenção, caso das armas imaginárias, cujo estudo, lançado por Pastoureau, foi seguido por diversos estudiosos[14]; ou outrossim como extensões espúrias e desprezíveis, caso das armas associativas ou comerciais, cujo interesse tem vindo a ser revelado, especialmente no campo do desporto, com ênfase no futebol[15].

Em decorrência deste alargamento, logrou-se ultrapassar o preconceito de atribuição de um lugar predominante à heráldica de família no seio da história deste sistema emblemático. Quando se contempla a sociedade contemporânea, verifica-se que a heráldica continua a estar presente e a funcionar como um dos principais códigos visuais vigentes, mas que este código, na sua dimensão mais viva e inovadora, demonstra uma nítida decadência da armaria de família em relação aos outros tipos de insígnias (estatais, autárquicas, corporativas, associativas, militares, comerciais, imaginárias, etc.). Mesmo quando se procede a uma análise dos usos heráldicos oitocentistas ou do Antigo Regime que não seja centrado na armaria de família, podem obter-se resultados surpreendentes, que relativizam ou aniquilam a ideia de que as armas de família eram mais numerosas e significativas que as restantes. Há que realizar, nesse sentido, um duplo esforço de combate às ideias pressupostas, de forma a ultrapassar uma imagem que o Antigo Regime quis transmitir de si próprio (e que não correspondia necessariamente à realidade) e a suplantar outrossim o preconceito actual, herdado dessa mesma imagem antiga, ainda hoje em dia aceite amiúde sem questionamento.

O segundo efeito perverso da ligação da heráldica à genealogia e à nobiliarquia prende-se com a concentração (embora não exclusiva) dos estudos heráldicos em duas épocas históricas: a Idade Média e o Antigo Regime. O período medieval tem sido alvo de numerosas pesquisas ligadas à génese do fenómeno, à sua disseminação e à construção do saber heráldico. Basta observar a parte que lhe é reservada no *Traité d'Héraldique* de Pastoureau ou na maior parte das actas dos colóquios internacionais

especializados[16]. Além dos factores atrás apontados, é possível que a concentração dos estudos heráldicos no período medieval seja uma forma de continuidade de uma relação preferencial tal como a escola historiográfica romântica a estabeleceu no século XIX, e que ainda não foi eficazmente contrariada. Na verdade, a manutenção de tal predomínio poderá prender-se com o facto de ter sido essa mesma escola romântica a promover o despertar pelos estudos heráldicos numa perspectiva historiográfica (e não técnica ou mítica); pelo que, de certo modo, acabou por moldar o rumo que tais investigações mantiveram até muito depois da cessação de influência dessa historiografia. O Antigo Regime, em comparação, perfila-se como uma época relativamente menos estudada, considerando quer a quantidade de publicações, quer a diversidade de perspectivas nelas presentes. Em ambos os períodos, no entanto, os estudos heráldicos continuaram a centrar-se na heráldica de família, que, como se viu, constituía uma realidade que o saber coevo tendia a apresentar como predominante, mesmo que tal preponderância fosse mais uma construção mental que uma realidade efectiva.

Como a época contemporânea corresponde a um período de redução do peso que as estruturas linhagísticas passaram a desempenhar nas sociedades actuais, verificou-se o declínio das insígnias familiares por via das quais tais estruturas se afirmavam simbolicamente e agiam sobre a sociedade. Em consequência, criou-se uma incongruência entre a perspectiva comum dos estudos heráldicos — a abordagem centrada nas insígnias de família — e a tipologia e função da heráldica na sociedade contemporânea, em que sectores tradicionalmente ignorados ou desprezados se tornaram largamente predominantes. Tal discrepância conduziu a uma relativa escassez de investigações sobre a heráldica contemporânea, não obstante esta continuar a ser, em moldes diferentes dos do Antigo Regime, um código amplamente usado e vivo, que se revelou capaz de uma adaptação a diversos títulos surpreendente à sociedade industrial e de consumo de massas. Na verdade, é fácil depreender que a disseminação da heráldica comercial, associativa, estatal, corporativa, imaginária em objectos reproduzidos aos milhares ou milhões de exemplares torna a nossa sociedade uma das mais heráldicas de todos os tempos, embora em moldes certamente muito diferentes do que sucedia na época medieval ou na moderna[17]. Os estudos heráldicos têm demonstrado alguma dificuldade em adaptar-se a esta última transmutação e em aproximar os seus eixos de análise daquilo em que o código heráldico se transformou nas sociedades contemporâneas[18].

Com efeito, a heráldica contemporânea tem demonstrado uma notável capacidade de adaptação à sociedade industrial e à cultura de consumo de massas. Com relativa facilidade, constata-se que o uso generalizado de heráldica de natureza comercial, associativa, estatal, corporativa e até imaginária — reproduzida em objectos às centenas de milhares ou milhões — torna a nossa sociedade numa das mais heráldicas de sempre, ainda que sob formas profundamente distintas das dos períodos medieval ou moderno. Os estudos heráldicos têm revelado dificuldades em acompanhar esta transformação recente e em ajustar os seus quadros analíticos às novas modalidades de funcionamento do código heráldico nas sociedades contemporâneas. A sua relevância, contudo, tem vindo a ser progressivamente reconhecida, nomeadamente enquanto possível forma de património cultural imaterial, no âmbito

do enquadramento estabelecido pela UNESCO para efeitos de reconhecimento e protecção estatutária[19].

É, portanto, possível afirmar que o panorama científico se transformou radicalmente ao longo dos últimos 25 anos. Neste sentido, importa destacar alguns domínios de investigação que foram abertos e explorados. Não se pretende aqui abordar exaustivamente esses campos de estudo — o que seria manifestamente impossível num texto com estas dimensões e enquadramento — mas apenas apresentar alguns exemplos ilustrativos.

A primeira questão prende-se com a criação e disseminação da cultura heráldica. Claire Boudreau merece destaque por ter defendido uma tese sobre este tema, posteriormente convertida, com alterações substanciais, em livro[20]. Posteriormente, Torsten Hiltmann investigou os meios de transmissão desse saber na Baixa Idade Média[21]. No que respeita à Época Moderna, alguns autores têm estudado as profundas ligações que a heráldica teceu com a literatura e com o estatuto social[22].

Esta integração da heráldica no seu contexto cultural conduziu a uma reavaliação do papel tradicionalmente atribuído aos arautos na construção deste tipo de saber, bem como nas suas práticas[23]. São igualmente de grande importância os trabalhos que sublinham a relevância da função social e política da heráldica, em estreita relação com a elaboração da imagem régia e com a compreensão dos mecanismos de transmissão do património no seio da nobreza moderna. Neste sentido, revelou-se essencial introduzir o fenómeno heráldico no processo de construção das monarquias modernas, estabelecendo uma ligação entre o estudo da heráldica e a historiografia da sociedade de corte[24].

De igual modo, merece destaque o esforço de associação entre o estudo da heráldica e as humanidades digitais, projecto liderado sobretudo por Torsten Hiltmann, cujas ramificações e possibilidades de investigação se revelam promissoras, oferecendo aos investigadores meios de articulação e colaboração anteriormente insuspeitos[25].

Tornou-se, assim, possível aplicar à heráldica o quadro analítico desenvolvido pelos estudos visuais, centrado na produção, circulação e recepção das imagens na sociedade moderna, a partir de uma abordagem transdisciplinar sustentada em dois eixos epistemológicos principais: a teoria da percepção e da estética, e os usos sociais dos materiais visuais. A articulação entre estas abordagens, anteriormente tratadas de forma isolada, permite compreender a heráldica como um sistema de códigos visuais, conforme defendido por Hans Belting, que insiste na leitura da heráldica como um retrato abstracto idealizado por categorias sociais[26]. Consequentemente, a análise das performances heráldicas beneficia de uma consideração que vá além da sua relação intrínseca com modelos e obras artísticas, integrando também a sua ligação com dinâmicas de apropriação espacial, em especial na sua dimensão pública[27].

Assim, a relação entre a heráldica e os seus próprios criadores ou artistas revela-se bastante mais complexa do que se poderia inicialmente supor — muito distante das noções preconcebidas formadas pela leitura de tratados e dispositivos normativos[28]. A temática da relação entre heráldica e arte conheceu, de facto, uma renovação significativa e foi já objecto de diversas sínteses[29]. Dessas sínteses emerge, sobretudo, a consciência de que a heráldica pode desempenhar um papel relevante na

compreensão aprofundada e abrangente das obras de arte e que, inversamente, estas são fundamentais para a compreensão do próprio fenómeno heráldico. Formulada desta forma, esta conclusão pode parecer evidente. No entanto, a realidade é que poucos historiadores de arte e poucos heraldistas se deixaram guiar por este princípio.

Mas os estudos heráldicos abriram também uma dimensão comparativa com outros códigos de representação visual. Em primeiro lugar, com as empresas (em inglês *badges,* em francês *devises*), que constituíam um sistema visual paralelo à heráldica, capaz de colmatar algumas lacunas comunicacionais dos brasões nas sociedades da Baixa Idade Média e da Época Moderna[30]. Em segundo lugar, de forma mais abrangente, com sistemas visuais oriundos de outras culturas não europeias ou não cristãs, com os quais a heráldica manteve relações de aculturação ou de fusão[31]. Estes estudos comparativos permitem posicionar a heráldica como uma ferramenta de comunicação intercultural, não apenas no sentido positivo do diálogo e da fusão, mas também nos domínios da resistência e, em última instância, da iconoclastia, sobretudo em contextos coloniais e pós-coloniais.

Não obstante o conjunto de transformações heurísticas e epistemológicas por que a investigação heráldica passou, subsiste ainda nela um certo desequilíbrio, tanto ao nível dos períodos e das regiões analisadas, como dos temas abordados.



Cavaleiro medieval com arco segundo o Apocalipse de Lorvão, século XII (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Casa Forte n.º 160, fol. 115, fotografia de José António Silva)

Esta realidade não deve ser entendida necessariamente de forma negativa, pois significa também que a heráldica continua a constituir um campo particularmente dinâmico, fértil em descobertas e situado na confluência de múltiplas áreas do saber, aberto a problemáticas potencialmente renovadas e renovadoras. Um dos temas que têm sido questionados é, precisamente, o do surgimento da heráldica como produto dos campos de batalha no século XII.